

Maior controle s

Sistema integrado de informações referentes a defensivos químicos deve coibir aplicações excessivas ou irregulares em lavouras gaúchas

CAIO CIGANA

A carência de informações precisas sobre venda e uso de defensivos no Estado, reconhecida pelos próprios órgãos de fiscalização, deve começar a ser revertida ainda neste ano. Inspirado em ferramenta criada no Paraná, o Sistema Integrado para Gestão de Agrotóxicos (Siga) passa pelos últimos ajustes para que possa ser utilizado até dezembro.

Quando estiver implantado, o projeto fornecerá estatísticas que permitirão à Secretaria da Agricultura ter uma noção mais aproximada do volume de químicos aplicados no Rio Grande do Sul. A plataforma facilitará a identificação de possíveis irregularidades no comércio e na utilização de produtos que ameacem à saúde e o ambiente. O Siga reunirá informações sobre os agrotóxicos cadastrados pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) e que podem ser usados no Estado, vendas de defensivos e seus estoques e o cadastro dos profissionais habilitados a emitir receitas agronômicas. Será possível saber a quantidade de defensivos usada por cultura e região, identificando abusos.

Com o cruzamento de informações do banco de dados será possível, ainda, rastrear ilegalidades como o uso de produtos que não têm registro para determinada lavoura. O problema de aplicar o químico aprovado para uma cultura em outra é que não se sabe os efeitos sobre a produção, o ambiente e para o consumidor.

– Se lá em Barra do Quaraí um agrônomo ou técnico deu receita de tantos litros de um produto específico para determinada cultura, no sistema vão aparecer informações como a dosagem recomendada e o nome do produtor – ilustra o diretor de defesa vegetal

da Secretaria da Agricultura, José Candido Motta.

Situações como as que vêm sendo verificadas no centro do Estado, por exemplo, poderão ser coibidas. Na região, foi detectada a venda de grandes volumes de um produto aprovado apenas para cana-de-açúcar – cultura que ocupa área pequena no Estado – e outro específico para feijão e algodão, mas adquirido por produtores de arroz.

ATUAL FISCALIZAÇÃO É INSUFICIENTE, DIZ O MPE

O Siga poderá ser acessado pelo Ministério Público Estadual (MPE) e pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-RS), entidade responsável por fiscalizar os profissionais habilitados a emitirem o receituário agrônomo. O presidente do Crea no Rio Grande do Sul, Alcides Capoani, alerta que quem for flagrado cometendo irregularidades estará sujeito a punições que vão de advertência até a cassação do registro profissional:

– Além de combater o descontrole na comercialização, estaremos ajudando a garantir alimentos mais seguros para a sociedade – avalia Capoani

Para o promotor Carlos Paganella, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente do MPE, mapear regionalmente o uso permitirá uma fiscalização mais presente.

– Poderemos ver dados por região e cidade, informações sobre receitas agronômicas expedidas e as quantidades e os tipos de venenos vendidos. Hoje, há um completo descontrole sobre isso – critica Paganella.

Hoje, a fiscalização cumpre a rotina de visitar cada revenda uma vez por ano. Nas propriedades, as vistorias ocorrem a partir de indícios de irregularidades

caio.cigana@zerohora.com.br

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia registrou aumento de

24%

nas autuações por irregularidades na recomendação de agrotóxicos no Rio Grande do Sul entre janeiro e julho de 2013 ante o mesmo período de 2014.



DIOGO ZANATTA, ESPECIAL

No Paraná, produto para

Utilizado há quatro anos no Paraná, o Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxicos (Siagro) serviu de ponto de partida para o desenvolvimento do sistema gaúcho. O Siagro permitiu traçar um raio X da utilização e venda de defensivos agrícolas e coibir irregularidades e uso abusivo de produtos químicos nas lavouras paranaenses.

– É uma ferramenta fantástica em defesa da saúde pública por preservar o consumidor do uso excessivo de

agrotóxicos e do emprego de produtos inadequados – avalia João Miguel Tosato, coordenador da fiscalização de agrotóxicos da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Ada).

Com o Siagro se descobriu, por exemplo, que agricultores estavam fazendo até 10 aplicações de produto para controle da lagarta da soja sequer ter sido comprovada a existência da praga na última safra. Com o sistema, também veio à tona o caso de um produto autorizado para lav

Sobre agrotóxicos



Programa terá dados de comércio, estoques, locais de uso e profissionais habilitados a emitir receitas

COMO VAI OPERAR

O QUE É O SIGA

■ Sistema online que integra informações sobre comercialização de agrotóxicos em revendas e emissão de receituário agrônômico.

INÍCIO DA OPERAÇÃO

- Para o Siga começar a valer, o governo terá de publicar um decreto com prazo para que todas as revendas de agrotóxicos se integrem ao sistema desenvolvido pela Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul.
- Os resultados ainda devem direcionar um programa de monitoramento de resíduos de agrotóxicos em alimentos que será iniciado pela Secretaria da Agricultura, com coleta das amostras nas propriedades.

QUE INFORMAÇÕES TERÁ

- Cadastro de profissionais habilitados a emitir receituário agrônômico
- Agrotóxicos liberados no Estado
- Relação de revendas de defensivos

COMO SERÁ ALIMENTADO

■ Pelas informações da movimentação dos estoques das revendas e por meio do receituário agrônômico. Como o sistema é novo, é necessário dar tempo para as empresas entenderem o funcionamento do Siga e possam treinar seus funcionários. A Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários ainda deve se reunir com a Secretaria da Agricultura para debater o assunto.

QUEM TERÁ ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

- Fiscais da Secretaria da Agricultura
- Fiscais do Crea-RS
- Ministério Público Estadual (MPE)

O QUE O CRUZAMENTO DE INFORMAÇÕES VAI PERMITIR

- Conclusões sobre o volume de agrotóxicos legais utilizados no Estado, com detalhamento por cultura e região ou município
- Ingredientes ativos mais utilizados
- Emissão de receita agrônômica por profissional habilitado
- Subsídios para estudos sobre uso de agrotóxicos, incidência de doenças e danos ambientais
- Comparação entre o volume de vendas e o número de embalagens vazias devolvidas

QUE PROBLEMAS SERÁ POSSÍVEL DETECTAR

- Utilização de produtos sem registros para determinadas culturas
- Indicação de produtos não permitidos no Estado
- Vendas em volume muito acima da área cultivada

cana era usado em pastagens

de cana-de-açúcar e que estava sendo usado em pastagens.

– O gado acaba ingerindo o veneno com o pasto, mas não existe estudo sobre os efeitos do resíduo na carne – alerta Tosato.

ASSOCIAÇÃO DE REVENDAS DIZ APOIAR A INICIATIVA

Entidade que engloba o comércio de defensivos, a Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrí-

colas e Veterinários (Andav) afirma apoiar o sistema prestes a ser implantado no Rio Grande do Sul. Uma das vantagens, de acordo com a entidade, é a possibilidade de ter informações de forma automatizada e padronizada.

– Isso ajudará empresas regulares a melhorarem o negócio porque vão conseguir demonstrar à sociedade que cumprem a lei. Ao mesmo tempo, as que não se adequarem vão aparecer para a fiscalização – afirma Diogo Mazotini, gerente jurídico da Andav.

Com as informações extraídas do Siagro, implantado há quatro anos, o Paraná concluiu que em 2013 foram utilizados

118,4 milhões

de litros de defensivos em seu território, redução de 22% sobre 2012.